

CPIs servem de palco eleitoral para candidatos

CPI. As três letras saíram dos gabinetes do Congresso e ficaram populares. As Comissões Parlamentares de Inquérito estão dando ibope e rendendo frutos políticos, especialmente em ano eleitoral, quando vários deputados, sob as luzes da mídia, mostram serviços aos eleitores. Atualmente, pesquisas revelam que mais de 70% dos brasileiros aprovam as CPIS. Essa repercussão pode explicar a corrida dos parlamentares à fila das comissões. Na lista da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, há 14 pedidos de abertura de CPI. Mas, de acordo com o Regimento da Casa, só podem funcionar, simultaneamente, cinco delas.

Atualmente, na Câmara, os holofotes estão voltados para a CPI dos Medicamentos e para a CPI do Narcotráfico (que retoma os trabalhos no fim do mês). No ano passado, os deputados disputaram o assédio da mídia com os senadores, quando estavam no auge as CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro. Apesar dos resultados positivos que podem gerar - o que nem sempre é uma regra -, as comissões de inquérito são usadas pelos parlamentares, sem cerimônia, como plataforma eleitoral.

Não por acaso, os deputados



Ney Lopes já assume que é

Moroni Torgan (PFL-CE), relator da CPI do Narcotráfico, e Ney Lopes (PFL-RN), da CPI dos Medicamentos, já assumem que são candidatos a prefeito. Nelson Marchezan (PSDB-RS), presidente da CPI dos Medicamentos, e Magno Malta (PTB-ES), presidente da CPI do Narcotráfico, também não descartam a hipótese de se aventurar na sucessão municipal de outubro.

Para instaurar uma CPI é preciso que o requerimento (dos deputados ou de senadores) com pedido de abertura de investigações sobre determinado tema tenha a assinatura de um terço dos parlamentares de cada Casa. Na Câmara, é preciso convencer 172 deputados da

importância da instauração da CPI, enquanto que, no Senado, 27 parlamentares precisam assinar o requerimento. Para as CPIs mistas, recolhem-se assinaturas nas duas Casas.

Além das assinaturas, é preciso que as assessorias jurídicas das secretarias gerais das mesas diretoras da Câmara e do Senado façam uma avaliação do "fato determinado". Ou seja, se cabe, de fato, uma investigação sobre o assunto sugerido pelos parlamentares. As CPIs mistas, por tradição, funcionam no Senado. Por isso, muitos deputados interessados em abrir uma comissão optam por colher também as assinaturas dos senadores, pois, desta forma, evitam a fila na Câmara.

Duas comissões serão instaladas em breve na Câmara: da mortalidade materna no Brasil e do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor). As "vagas" para as duas CPIs foram abertas com a finalização dos trabalhos da comissão que investigou a crise do setor produtivo de borracha natural - e seus reflexos na política governamental - e também com a conclusão do relatório final da CPI que investigou a arrecadação e destinação da verba da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado de Borracha (Tormb).